



ORDEM DO DIA

ENIO VERRI (PT - PR) - Orientação de bancada na votação da Medida Provisória nº 1.033, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 11.508, de 2007, para fins de modernização do marco legal das Zonas de Processamento de Exportação - ZPEs.

MARCELO RAMOS (PL - AM) - Razão do voto do orador contrário à orientação do PL no tocante à Medida Provisória nº 1.033, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 11.508, de 2007, para fins de modernização do marco legal das Zonas de Processamento de Exportação - ZPEs.

ELIAS VAZ (PSB - GO) - Orientação de bancada na votação da Medida Provisória nº 1.033, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 11.508, de 2007, para fins de modernização do marco legal das Zonas de Processamento de Exportação - ZPEs. Pedido de demissão do cargo pelo Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, investigado por prática de crimes ambientais. Indignação do orador com a nomeação de ruralista para a Pasta do Meio Ambiente.

LEÔNIDAS CRISTINO (PDT - CE) - Orientação de bancada na votação da Medida Provisória nº 1.033, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 11.508, de 2007, para fins de modernização do marco legal das Zonas de Processamento de Exportação - ZPEs.

TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ) - Protesto contra a iniciativa do Presidente Arthur Lira de interpelação extrajudicial da oradora, em face da manifestação da Parlamentar de repúdio à declaração de cunho racista da Presidência em relação aos povos indígenas.

VINICIUS POIT (NOVO - SP) - Orientação de bancada na votação da Medida Provisória nº 1.033, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 11.508, de 2007, para fins de modernização do marco legal das Zonas de Processamento de Exportação - ZPEs.

ALEX MANENTE (CIDADANIA - SP) - Orientação de bancada na votação da Medida Provisória nº 1.033, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 11.508, de 2007, para fins de modernização do marco legal das Zonas de Processamento de Exportação - ZPEs.

CAPITÃO ALBERTO NETO (REPUBLICANOS - AM) - Registro de voto do orador contrário à orientação do partido com relação à Medida Provisória nº 1.033, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 11.508, de 2007, para fins de modernização do marco legal das Zonas de Processamento de Exportação - ZPEs. Distorção do parecer do Relator Lucas Vergílio.



JOSÉ NELTO (PODE - GO) - Orientação de bancada na votação da Medida Provisória nº 1.033, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 11.508, de 2007, para fins de modernização do marco legal das Zonas de Processamento de Exportação - ZPEs. Inviabilização do setor de construção civil pelo cartel do aço. Repúdio à decisão do Ministro da Economia, Paulo Guedes, a respeito do assunto.

JOENIA WAPICHANA (REDE - RR) - Orientação de bancada na votação da Medida Provisória nº 1.033, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 11.508, de 2007, para fins de modernização do marco legal das Zonas de Processamento de Exportação - ZPEs. Agradecimento aos Parlamentares pela luta empreendida contra o Projeto de Lei nº 490, de 2007, sobre a alteração da Lei nº 6.001, de 1973, relativa ao Estatuto do Índio. Protesto contra a aprovação da propositura pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Apresentação, ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, de denúncia contra Deputados por declarações ofensivas à oradora e aos povos originários.

CARLOS HENRIQUE GAGUIM (DEM - TO) - Congratulações ao Presidente Arthur Lira e ao Relator Lucas Vergílio pela votação da Medida Provisória nº 1.033, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 11.508, de 2007, para fins de modernização do marco legal das Zonas de Processamento de Exportação - ZPEs.

HENRIQUE FONTANA (PT - RS) - Orientação de bancada na votação da Medida Provisória nº 1.033, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 11.508, de 2007, para fins de modernização do marco legal das Zonas de Processamento de Exportação - ZPEs. Apelo ao Presidente Arthur Lira de reexame da decisão de interpelação extrajudicial da Deputada Talíria Petrone.

PERPÉTUA ALMEIDA (PCDOB - AC) - Questão de ordem sobre a determinação aos órgãos de segurança da Casa, pela Presidência, de investigação da ameaça de policial militar contra o Deputado Pompeo de Mattos em portaria de acesso à Câmara dos Deputados.

HENRIQUE DO PARAÍSO (REPUBLICANOS - SP) - Agradecimento ao Republicanos, aos familiares, aos eleitores e outros pela assunção do mandato parlamentar. Compromisso de luta em defesa do Município de Sumaré e do País.

POMPEO DE MATTOS (PDT - RS) - Reclamação contra a ameaça ao orador por parte do sargento Josias, da Polícia Militar, durante manifestação indígena nas cercanias da Câmara dos Deputados.

MOSES RODRIGUES (MDB - CE) - Emissão de parecer às Emendas do Senado Federal ao Projeto de Lei de Conversão nº 12, de 2021, oferecido à Medida Provisória nº 1.034, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 7.689,



de 1988, para majoração da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, devida pelas pessoas jurídicas do setor financeiro; da Lei nº 8.989, de 1995, com vista à modificação da isenção relativa ao Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, incidente na aquisição de automóveis por pessoa com deficiência; das Leis de nºs 10.865, de 2004, 11.196, de 2005, 13.756, de 2018, e 9.613, de 1998; do Decreto-Lei nº 288, de 1967; e da revogação da tributação especial relativa à Nafta e a outros produtos destinados a centrais petroquímicas.

ERIKA KOKAY (PT - DF) - Questão de ordem sobre a adoção, pela Presidência da Casa, de providências a respeito da intimidação de policiais militares contra os Deputados Alencar Santana Braga e Pompeo de Mattos, durante manifestação indígena realizada nas imediações da Câmara dos Deputados.

ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) - Reconhecimento, pelo Supremo Tribunal Federal, da parcialidade do ex-Juiz Federal Sérgio Moro na condução de processo instaurado contra o ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Regozijo com a exoneração do Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles. Anúncio de encaminhamento, pelo PT e outros partidos opositores, de representação à Procuradoria-Geral da República para investigação da denúncia de compra superfaturada da vacina Covaxin pelo Governo Federal. Razões da apresentação de pedidos de *impeachment* contra o Presidente Jair Bolsonaro. Apresentação, pelo orador, de pedido de abertura da CPI da Cloroquina pela Câmara dos Deputados. Expectativa quanto aos resultados da CPI da Covid, instaurada pelo Senado Federal. Denúncia de superfaturamento na compra da vacina Covaxin pelo Governo Federal. Existência de motivos o afastamento do Presidente Jair Bolsonaro do comando do País.

JOSÉ NELTO (PODE - GO) - Inexistência, no âmbito do Governo Federal, de ações preventivas do racionamento de energia elétrica no País. Apresentação de requerimentos de convocação de representantes da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e do Operador Nacional do Sistema - ONS, e de convite ao Ministro de Minas e Energia, para debate da crise hídrica junto à Câmara dos Deputados. Denúncia de esvaziamento proposital de reservatórios no País, para majoração das tarifas de energia elétrica. Posicionamento de termoelétricas e distribuidoras de energia elétrica, contrário à aprovação do Projeto de Lei nº 5.829, de 2019, sobre a produção e distribuição de energia renovável, notadamente da energia solar fotovoltaica.

JOSEILDO RAMOS (PT - BA) - Discussão das Emendas do Senado Federal ao Projeto de Lei de Conversão nº 12, de 2021, oferecido à Medida Provisória nº 1.034, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 7.689, de 1988, para majoração da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, devida pelas pessoas jurídicas



do setor financeiro; da Lei nº 8.989, de 1995, com vista à modificação da isenção relativa ao Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, incidente na aquisição de automóveis por pessoa com deficiência; das Leis de nºs 10.865, de 2004, 11.196, de 2005, 13.756, de 2018, e 9.613, de 1998; do Decreto-Lei nº 288, de 1967; e da revogação da tributação especial relativa à Nafta e a outros produtos destinados a centrais petroquímicas.

PAULO PIMENTA (PT - RS) - Discussão das Emendas do Senado Federal ao Projeto de Lei de Conversão nº 12, de 2021, oferecido à Medida Provisória nº 1.034, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 7.689, de 1988, para majoração da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, devida pelas pessoas jurídicas do setor financeiro; da Lei nº 8.989, de 1995, com vista à modificação da isenção relativa ao Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, incidente na aquisição de automóveis por pessoa com deficiência; das Leis de nºs 10.865, de 2004, 11.196, de 2005, 13.756, de 2018, e 9.613, de 1998; do Decreto-Lei nº 288, de 1967; e da revogação da tributação especial relativa à Nafta e a outros produtos destinados a centrais petroquímicas.

MOSES RODRIGUES (MDB - CE) - Defesa de rejeição das Emendas do Senado Federal ao Projeto de Lei de Conversão nº 12, de 2021, oferecido à Medida Provisória nº 1.034, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 7.689, de 1988, para majoração da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, devida pelas pessoas jurídicas do setor financeiro; da Lei nº 8.989, de 1995, com vista à modificação da isenção relativa ao Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, incidente na aquisição de automóveis por pessoa com deficiência; das Leis de nºs 10.865, de 2004, 11.196, de 2005, 13.756, de 2018, e 9.613, de 1998; do Decreto-Lei nº 288, de 1967; e da revogação da tributação especial relativa à Nafta e a outros produtos destinados a centrais petroquímicas.

ERIKA KOKAY (PT - DF) - Discussão das Emendas do Senado Federal ao Projeto de Lei de Conversão nº 12, de 2021, oferecido à Medida Provisória nº 1.034, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 7.689, de 1988, para majoração da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, devida pelas pessoas jurídicas do setor financeiro; da Lei nº 8.989, de 1995, com vista à modificação da isenção relativa ao Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, incidente na aquisição de automóveis por pessoa com deficiência; das Leis de nºs 10.865, de 2004, 11.196, de 2005, 13.756, de 2018, e 9.613, de 1998; do Decreto-Lei nº 288, de 1967; e da revogação da tributação especial relativa à Nafta e a outros produtos destinados a centrais petroquímicas.



HENRIQUE FONTANA (PT - RS) - Discussão das Emendas do Senado Federal ao Projeto de Lei de Conversão nº 12, de 2021, oferecido à Medida Provisória nº 1.034, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 7.689, de 1988, para majoração da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, devida pelas pessoas jurídicas do setor financeiro; da Lei nº 8.989, de 1995, com vista à modificação da isenção relativa ao Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, incidente na aquisição de automóveis por pessoa com deficiência; das Leis de nºs 10.865, de 2004, 11.196, de 2005, 13.756, de 2018, e 9.613, de 1998; do Decreto-Lei nº 288, de 1967; e da revogação da tributação especial relativa à Nafta e a outros produtos destinados a centrais petroquímicas. Gravidade da denúncia de compra superfaturada da vacina Covaxim pelo Governo Jair Bolsonaro.

BOHN GASS (PT - RS) - Orientação de bancada na votação das Emendas do Senado Federal de nºs 1 a 3, com parecer contrário, oferecidas ao Projeto de Lei de Conversão nº 12, de 2021, oferecido à Medida Provisória nº 1.034, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 7.689, de 1988, para majoração da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, devida pelas pessoas jurídicas do setor financeiro; da Lei nº 8.989, de 1995, com vista à modificação da isenção relativa ao Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, incidente na aquisição de automóveis por pessoa com deficiência; das Leis de nºs 10.865, de 2004, 11.196, de 2005, 13.756, de 2018, e 9.613, de 1998; do Decreto-Lei nº 288, de 1967; e da revogação da tributação especial relativa à Nafta e a outros produtos destinados a centrais petroquímicas, ressalvados os destaques.

POMPEO DE MATTOS (PDT - RS) - Orientação de bancada na votação das Emendas do Senado Federal de nºs 1 a 3, com parecer contrário, apresentadas ao Projeto de Lei de Conversão nº 12, de 2021, da Medida Provisória nº 1.034, de 2021, a respeito da majoração tributária da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL do setor financeiro; da alteração da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, na compra de automóveis por pessoa com deficiência; da revogação da tributação de produtos destinados a centrais petroquímicas até 31/12/2021; e da dedução do crédito presumido relativo à contribuição para o PIS/PASEP de pessoa jurídica fabricante de produtos utilizados em hospitais, clínicas, consultórios médicos e campanhas de vacinação até 31/12/2025, ressalvados os destaques.

MOSES RODRIGUES (MDB - CE) - Esclarecimento ao Deputado Pompeo de Mattos sobre a ampliação do teto do valor de compra de veículo, com isenção do IPI, para portadores de deficiência, preconizado no novo texto da Medida Provisória nº 1.034, de 2021, a respeito da majoração tributária da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL do setor financeiro; da alteração da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados



- IPI na compra de automóveis por pessoa com deficiência; da revogação da tributação de produtos destinados a centrais petroquímicas até 31/12/2021; e da dedução do crédito presumido relativo à contribuição para o PIS/PASEP de pessoa jurídica fabricante de produtos utilizados em hospitais, clínicas, consultórios médicos e campanhas de vacinação até 31/12/2025.

ISNALDO BULHÕES JR. (MDB - AL) - Orientação de bancada na votação das Emendas do Senado Federal de nºs 1 a 3, com parecer contrário, apresentadas ao Projeto de Lei de Conversão nº 12, de 2021, da Medida Provisória nº 1.034, de 2021, a respeito da majoração tributária da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL do setor financeiro; da alteração da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI na compra de automóveis por pessoa com deficiência; da revogação da tributação de produtos destinados a centrais petroquímicas até 31/12/2021; e da dedução do crédito presumido relativo à contribuição para o PIS/PASEP de pessoa jurídica fabricante de produtos utilizados em hospitais, clínicas, consultórios médicos e campanhas de vacinação até 31/12/2025, ressalvados os destaques.

IVAN VALENTE (PSOL - SP) - Orientação de bancada na votação das Emendas do Senado Federal de nºs 1 a 3, com parecer contrário, apresentadas ao Projeto de Lei de Conversão nº 12, de 2021, da Medida Provisória nº 1.034, de 2021, a respeito da majoração tributária da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL do setor financeiro; da alteração da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI na compra de automóveis por pessoa com deficiência; da revogação da tributação de produtos destinados a centrais petroquímicas até 31/12/2021; e da dedução do crédito presumido relativo à contribuição para o PIS/PASEP de pessoa jurídica fabricante de produtos utilizados em hospitais, clínicas, consultórios médicos e campanhas de vacinação até 31/12/2025, ressalvados os destaques.

RENILDO CALHEIROS (PCDOB - PE) - Orientação de bancada na votação das Emendas do Senado Federal de nºs 1 a 3, com parecer contrário, apresentadas ao Projeto de Lei de Conversão nº 12, de 2021, da Medida Provisória nº 1.034, de 2021, a respeito da majoração tributária da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL do setor financeiro; da alteração da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI na compra de automóveis por pessoa com deficiência; da revogação da tributação de produtos destinados a centrais petroquímicas até 31/12/2021; e da dedução do crédito presumido relativo à contribuição para o PIS/PASEP



de pessoa jurídica fabricante de produtos utilizados em hospitais, clínicas, consultórios médicos e campanhas de vacinação até 31/12/2025, ressalvados os destaques.

ALEX MANENTE (CIDADANIA - SP) - Orientação de bancada na votação das Emendas do Senado Federal de nºs 1 a 3, com parecer contrário, apresentadas ao Projeto de Lei de Conversão nº 12, de 2021, da Medida Provisória nº 1.034, de 2021, a respeito da majoração tributária da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL do setor financeiro; da alteração da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI na compra de automóveis por pessoa com deficiência; da revogação da tributação de produtos destinados a centrais petroquímicas até 31/12/2021; e da dedução do crédito presumido relativo à contribuição para o PIS/PASEP de pessoa jurídica fabricante de produtos utilizados em hospitais, clínicas, consultórios médicos e campanhas de vacinação até 31/12/2025, ressalvados os destaques.

AROLD MARTINS (REPUBLICANOS - PR) - Orientação de bancada na votação das Emendas do Senado Federal de nºs 1 a 3, com parecer contrário, apresentadas ao Projeto de Lei de Conversão nº 12, de 2021, da Medida Provisória nº 1.034, de 2021, a respeito da majoração tributária da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL do setor financeiro; da alteração da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI na compra de automóveis por pessoa com deficiência; da revogação da tributação de produtos destinados a centrais petroquímicas até 31/12/2021; e da dedução do crédito presumido relativo à contribuição para o PIS/PASEP de pessoa jurídica fabricante de produtos utilizados em hospitais, clínicas, consultórios médicos e campanhas de vacinação até 31/12/2025, ressalvados os destaques.

IGOR TIMO (PODE - MG) - Orientação de bancada na votação das Emendas do Senado Federal de nºs 1 a 3, com parecer contrário, apresentadas ao Projeto de Lei de Conversão nº 12, de 2021, da Medida Provisória nº 1.034, de 2021, a respeito da majoração tributária da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL do setor financeiro; da alteração da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI na compra de automóveis por pessoa com deficiência; da revogação da tributação de produtos destinados a centrais petroquímicas até 31/12/2021; e da dedução do crédito presumido relativo à contribuição para o PIS/PASEP de pessoa jurídica fabricante de produtos utilizados em hospitais, clínicas, consultórios médicos e campanhas de vacinação até 31/12/2025, ressalvados os destaques.

HENRIQUE FONTANA (PT - RS) - Orientação de bancada na votação das Emendas do Senado Federal de nºs 1 a 3, com parecer contrário, apresentadas ao Projeto de Lei de Conversão nº 12, de 2021, da Medida Provisória nº 1.034, de 2021, a respeito da majoração tributária da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido -



CSLL do setor financeiro; da alteração da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI na compra de automóveis por pessoa com deficiência; da revogação da tributação de produtos destinados a centrais petroquímicas até 31/12/2021; e da dedução do crédito presumido relativo à contribuição para o PIS/PASEP de pessoa jurídica fabricante de produtos utilizados em hospitais, clínicas, consultórios médicos e campanhas de vacinação até 31/12/2025, ressalvados os destaques. Acerto da decisão do Supremo Tribunal Federal de suspeição do ex-Juiz Federal Sérgio Moro, em processo instaurado contra o ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

PAULO PIMENTA (PT - RS) - Orientação de bancada na votação das Emendas do Senado Federal de nºs 1 a 3, com parecer contrário, apresentadas ao Projeto de Lei de Conversão nº 12, de 2021, da Medida Provisória nº 1.034, de 2021, a respeito da majoração tributária da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL do setor financeiro; da alteração da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI na compra de automóveis por pessoa com deficiência; da revogação da tributação de produtos destinados a centrais petroquímicas até 31/12/2021; e da dedução do crédito presumido relativo à contribuição para o PIS/PASEP de pessoa jurídica fabricante de produtos utilizados em hospitais, clínicas, consultórios médicos e campanhas de vacinação até 31/12/2025, ressalvados os destaques. Imediata apreensão do passaporte do ex-Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles.

VERMELHO (PSD - PR) - Apelo ao Ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, de prioridade na vacinação dos habitantes do Município de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, diante do grande fluxo de visitantes.

CELINA LEÃO (PP - DF) - Solidariedade da bancada feminina à Deputada Luisa Canziani, diante da violência política praticada contra a Parlamentar por suposta gravação de reunião realizada no Ministério da Educação, para debate do Projeto de Lei nº 3.179, de 2012, acerca da possibilidade de oferta domiciliar da educação básica.

OTTO ALENCAR FILHO (PSD - BA) - Registro de voto favorável ao texto oferecido pelo Senado Federal à Medida Provisória nº 1.034, de 2021, a respeito da majoração tributária da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL do setor financeiro; da alteração da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI na compra de automóveis por pessoa com deficiência; da revogação da tributação de produtos destinados a centrais petroquímicas até 31/12/2021; e da dedução do crédito presumido relativo à contribuição para o



PIS/PASEP de pessoa jurídica fabricante de produtos utilizados em hospitais, clínicas, consultórios médicos e campanhas de vacinação até 31/12/2025.

MARCELO FREIXO (PSOL - RJ) - Associação ao pronunciamento da Deputada Celina Leão, em solidariedade à Deputada Luisa Canziani, diante da violência política praticada contra a Parlamentar durante reunião realizada no Ministério da Educação.

JOAQUIM PASSARINHO (PSD - PA) - Destinação, pela Caixa Econômica Federal, de recursos ao Plano Safra 2021-2022.

ALICE PORTUGAL (PCDOB - BA) - Desagravo da Deputada Luisa Canziani diante de agressão política praticada contra a Parlamentar durante reunião ministerial.

JANDIRA FEGHALI (PCDOB - RJ) - Associação ao pronunciamento da Deputada Celina Leão em solidariedade à Deputada Luisa Canziani, diante de agressão política praticada contra a Parlamentar durante reunião ministerial.

JOICE HASSELMANN (PSL - SP) - Solidariedade à Deputada Luisa Canziani, diante de agressão política praticada contra a Parlamentar durante reunião ministerial.

PAULO PIMENTA (PT - RS) - Encaminhamento da votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda do Senado Federal nº 1, oferecida à Medida Provisória nº 1.034, de 2021, a respeito da majoração tributária da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL do setor financeiro; da alteração da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI na compra de automóveis por pessoa com deficiência; da revogação da tributação de produtos destinados a centrais petroquímicas até 31/12/2021; e da dedução do crédito presumido relativo à contribuição para o PIS/PASEP de pessoa jurídica fabricante de produtos utilizados em hospitais, clínicas, consultórios médicos e campanhas de vacinação até 31/12/2025.

ISNALDO BULHÕES JR. (MDB - AL) - Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda do Senado Federal nº 1, oferecida à Medida Provisória nº 1.034, de 2021, a respeito da majoração tributária da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL do setor financeiro; da alteração da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI na compra de automóveis por pessoa com deficiência; da revogação da tributação de produtos destinados a centrais petroquímicas até 31/12/2021; e da dedução do crédito presumido relativo à contribuição para o PIS/PASEP de pessoa jurídica fabricante de produtos utilizados em hospitais, clínicas, consultórios médicos e campanhas de vacinação até 31/12/2025.



BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA) - Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda do Senado Federal nº 1, oferecida à Medida Provisória nº 1.034, de 2021, a respeito da majoração tributária da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL do setor financeiro; da alteração da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI na compra de automóveis por pessoa com deficiência; da revogação da tributação de produtos destinados a centrais petroquímicas até 31/12/2021; e da dedução do crédito presumido relativo à contribuição para o PIS/PASEP de pessoa jurídica fabricante de produtos utilizados em hospitais, clínicas, consultórios médicos e campanhas de vacinação até 31/12/2025.

POMPEO DE MATTOS (PDT - RS) - Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda do Senado Federal nº 1, oferecida à Medida Provisória nº 1.034, de 2021, a respeito da majoração tributária da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL do setor financeiro; da alteração da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI na compra de automóveis por pessoa com deficiência; da revogação da tributação de produtos destinados a centrais petroquímicas até 31/12/2021; e da dedução do crédito presumido relativo à contribuição para o PIS/PASEP de pessoa jurídica fabricante de produtos utilizados em hospitais, clínicas, consultórios médicos e campanhas de vacinação até 31/12/2025.

AROLDO MARTINS (REPUBLICANOS - PR) - Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda do Senado Federal nº 1, oferecida à Medida Provisória nº 1.034, de 2021, a respeito da majoração tributária da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL do setor financeiro; da alteração da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI na compra de automóveis por pessoa com deficiência; da revogação da tributação de produtos destinados a centrais petroquímicas até 31/12/2021; e da dedução do crédito presumido relativo à contribuição para o PIS/PASEP de pessoa jurídica fabricante de produtos utilizados em hospitais, clínicas, consultórios médicos e campanhas de vacinação até 31/12/2025.

LUCAS VERGILIO (SOLIDARIEDADE - GO) - Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda do Senado Federal nº 1, oferecida à Medida Provisória nº 1.034, de 2021, a respeito da majoração tributária da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL do setor financeiro; da alteração da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI na compra de automóveis por pessoa com deficiência; da revogação da tributação de produtos destinados a centrais petroquímicas até 31/12/2021; e da dedução do crédito presumido relativo à contribuição para o PIS/PASEP de pessoa jurídica



fabricante de produtos utilizados em hospitais, clínicas, consultórios médicos e campanhas de vacinação até 31/12/2025.

VIVI REIS (PSOL - PA) - Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda do Senado Federal nº 1, oferecida à Medida Provisória nº 1.034, de 2021, a respeito da majoração tributária da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL do setor financeiro; da alteração da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI na compra de automóveis por pessoa com deficiência; da revogação da tributação de produtos destinados a centrais petroquímicas até 31/12/2021; e da dedução do crédito presumido relativo à contribuição para o PIS/PASEP de pessoa jurídica fabricante de produtos utilizados em hospitais, clínicas, consultórios médicos e campanhas de vacinação até 31/12/2025. Protesto contra a aprovação, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, do Projeto de Lei nº 490, de 2007, sobre a alteração da Lei nº 6.001, de 1973, a respeito do Estatuto do Índio. Pedido de demissão do Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles. Necessidade de interrupção do processo de devastação ambiental patrocinado pelo Governo Jair Bolsonaro.

RENILDO CALHEIROS (PCDOB - PE) - Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda do Senado Federal nº 1, oferecida ao Projeto de Lei de Conversão nº 12, de 2021, apresentado à Medida Provisória nº 1.034, de 2021, a respeito da majoração tributária da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL do setor financeiro; da alteração da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI na compra de automóveis por pessoa com deficiência; da revogação da tributação de produtos destinados a centrais petroquímicas até 31/12/2021; e da dedução do crédito presumido relativo à contribuição para o PIS/PASEP de pessoa jurídica fabricante de produtos utilizados em hospitais, clínicas, consultórios médicos e campanhas de vacinação até 31/12/2025.

ALEX MANENTE (CIDADANIA - SP) - Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda do Senado Federal nº 1, oferecida ao Projeto de Lei de Conversão nº 12, de 2021, apresentado à Medida Provisória nº 1.034, de 2021, a respeito da majoração tributária da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL do setor financeiro; da alteração da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI na compra de automóveis por pessoa com deficiência; da revogação da tributação de produtos destinados a centrais petroquímicas até 31/12/2021; e da dedução do crédito



presumido relativo à contribuição para o PIS/PASEP de pessoa jurídica fabricante de produtos utilizados em hospitais, clínicas, consultórios médicos e campanhas de vacinação até 31/12/2025.

JOENIA WAPICHANA (REDE - RR) - Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda do Senado Federal nº 1, oferecida ao Projeto de Lei de Conversão nº 12, de 2021, apresentado à Medida Provisória nº 1.034, de 2021, a respeito da majoração tributária da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL do setor financeiro; da alteração da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI na compra de automóveis por pessoa com deficiência; da revogação da tributação de produtos destinados a centrais petroquímicas até 31/12/2021; e da dedução do crédito presumido relativo à contribuição para o PIS/PASEP de pessoa jurídica fabricante de produtos utilizados em hospitais, clínicas, consultórios médicos e campanhas de vacinação até 31/12/2025.

HENRIQUE FONTANA (PT - RS) - Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda do Senado Federal nº 1, oferecida ao Projeto de Lei de Conversão nº 12, de 2021, apresentado à Medida Provisória nº 1.034, de 2021, a respeito da majoração tributária da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL do setor financeiro; da alteração da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI na compra de automóveis por pessoa com deficiência; da revogação da tributação de produtos destinados a centrais petroquímicas até 31/12/2021; e da dedução do crédito presumido relativo à contribuição para o PIS/PASEP de pessoa jurídica fabricante de produtos utilizados em hospitais, clínicas, consultórios médicos e campanhas de vacinação até 31/12/2025. Defesa da taxa de lucros e dividendos.

BOHN GASS (PT - RS) - Pedido de demissão do Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles. Denúncia de superfaturamento na compra da vacina Covaxin pelo Governo Federal. Declaração, pelo Supremo Tribunal Federal, da suspeição do ex-Juiz Federal Sérgio Moro na condução de processo instaurado com o ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Encaminhamento da votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda do Senado Federal nº 2, oferecida à Medida Provisória nº 1.034, de 2021, a respeito da majoração tributária da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL do setor financeiro; da alteração da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI na compra de automóveis por pessoa com deficiência; da revogação da tributação de produtos destinados a centrais petroquímicas até 31/12/2021; e da



dedução do crédito presumido relativo à contribuição para o PIS/PASEP de pessoa jurídica fabricante de produtos utilizados em hospitais, clínicas, consultórios médicos e campanhas de vacinação até 31/12/2025.

BIBO NUNES (PSL - RS) - Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda do Senado Federal nº 2, oferecida à Medida Provisória nº 1.034, de 2021, a respeito da majoração tributária da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL do setor financeiro; da alteração da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI na compra de automóveis por pessoa com deficiência; da revogação da tributação de produtos destinados a centrais petroquímicas até 31/12/2021; e da dedução do crédito presumido relativo à contribuição para o PIS/PASEP de pessoa jurídica fabricante de produtos utilizados em hospitais, clínicas, consultórios médicos e campanhas de vacinação até 31/12/2025. Indignação do orador com a decisão do Supremo Tribunal Federal, pela parcialidade do ex-Juiz Federal Sérgio Moro na condução de processo instaurado contra o ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

ERIKA KOKAY (PT - DF) - Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda do Senado Federal nº 2, oferecida à Medida Provisória nº 1.034, de 2021, a respeito da majoração tributária da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL do setor financeiro; da alteração da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI na compra de automóveis por pessoa com deficiência; da revogação da tributação de produtos destinados a centrais petroquímicas até 31/12/2021; e da dedução do crédito presumido relativo à contribuição para o PIS/PASEP de pessoa jurídica fabricante de produtos utilizados em hospitais, clínicas, consultórios médicos e campanhas de vacinação até 31/12/2025. Repercussão entre os bolsonaristas da decisão do Supremo Tribunal Federal, pela parcialidade do ex-Juiz Federal Sérgio Moro na condução de processo instaurado contra o ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

ISNALDO BULHÕES JR. (MDB - AL) - Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda do Senado Federal nº 2, oferecida à Medida Provisória nº 1.034, de 2021, a respeito da majoração tributária da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL do setor financeiro; da alteração da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI na compra de automóveis por pessoa com deficiência; da revogação da tributação de produtos destinados a centrais petroquímicas até 31/12/2021; e da dedução do crédito presumido relativo à contribuição para o PIS/PASEP de pessoa jurídica fabricante de produtos utilizados em hospitais, clínicas, consultórios médicos e campanhas de vacinação até 31/12/2025.



OTAVIO LEITE (PSDB - RJ) - Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda do Senado Federal nº 2, oferecida à Medida Provisória nº 1.034, de 2021, a respeito da majoração tributária da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL do setor financeiro; da alteração da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI na compra de automóveis por pessoa com deficiência; da revogação da tributação de produtos destinados a centrais petroquímicas até 31/12/2021; e da dedução do crédito presumido relativo à contribuição para o PIS/PASEP de pessoa jurídica fabricante de produtos utilizados em hospitais, clínicas, consultórios médicos e campanhas de vacinação até 31/12/2025.

BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA) - Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda do Senado Federal nº 2, oferecida à Medida Provisória nº 1.034, de 2021, a respeito da majoração tributária da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL do setor financeiro; da alteração da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI na compra de automóveis por pessoa com deficiência; da revogação da tributação de produtos destinados a centrais petroquímicas até 31/12/2021; e da dedução do crédito presumido relativo à contribuição para o PIS/PASEP de pessoa jurídica fabricante de produtos utilizados em hospitais, clínicas, consultórios médicos e campanhas de vacinação até 31/12/2025.

POMPEO DE MATTOS (PDT - RS) - Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda do Senado Federal nº 2, oferecida à Medida Provisória nº 1.034, de 2021, a respeito da majoração tributária da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL do setor financeiro; da alteração da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI na compra de automóveis por pessoa com deficiência; da revogação da tributação de produtos destinados a centrais petroquímicas até 31/12/2021; e da dedução do crédito presumido relativo à contribuição para o PIS/PASEP de pessoa jurídica fabricante de produtos utilizados em hospitais, clínicas, consultórios médicos e campanhas de vacinação até 31/12/2025. Descaso do Presidente Jair Bolsonaro com os portadores de deficiência. Defesa de elevação da renda *per capita* para 550 reais, para fins de recebimento do Benefício de Prestação Continuada - BPC. Apresentação do Projeto de Lei 1.814, de 2021, sobre a alteração do § 3º, art. 20, da Lei nº 8.742, de 1993, com vista ao estabelecimento de critério para concessão do Benefício de Prestação Continuada - BPC a idosos e deficientes. Pedido de demissão do Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles. Defesa de escolha do futuro Ministro da Pasta comprometido com a preservação ambiental.

CAPITÃO WAGNER (PROS - CE) - Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda do Senado Federal nº 2, oferecida à Medida Provisória nº 1.034, de 2021, a



respeito da majoração tributária da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL do setor financeiro; da alteração da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI na compra de automóveis por pessoa com deficiência; da revogação da tributação de produtos destinados a centrais petroquímicas até 31/12/2021; e da dedução do crédito presumido relativo à contribuição para o PIS/PASEP de pessoa jurídica fabricante de produtos utilizados em hospitais, clínicas, consultórios médicos e campanhas de vacinação até 31/12/2025. Não investigação, pelo Ministério Público, de denúncia de superfaturamento nas obras do Acquário Ceará, realizada sob a égide do então Governador Cid Ferreira Gomes. Ataque do Senador Cid Ferreira Gomes, com a utilização de retroescavadeira, contra policiais militares em greve. Inoportunação da construção, pelo Governo do Estado do Ceará, da nova sede do Ministério Público. Queda do candidato Ciro Gomes em pesquisas de intenção de voto à sucessão presidencial. Repúdio à atuação do clã Ferreira Gomes no Estado do Ceará.

MARCELO FREIXO (PSOL - RJ) - Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda do Senado Federal nº 2, oferecida à Medida Provisória nº 1.034, de 2021, a respeito da majoração tributária da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL do setor financeiro; da alteração da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI na compra de automóveis por pessoa com deficiência; da revogação da tributação de produtos destinados a centrais petroquímicas até 31/12/2021; e da dedução do crédito presumido relativo à contribuição para o PIS/PASEP de pessoa jurídica fabricante de produtos utilizados em hospitais, clínicas, consultórios médicos e campanhas de vacinação até 31/12/2025. Denúncia de corrupção no processo de compra da vacina Covaxin pelo Ministério da Saúde.

ZÉ SILVA (SOLIDARIEDADE - MG) - Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda do Senado Federal nº 2, oferecida à Medida Provisória nº 1.034, de 2021, a respeito da majoração tributária da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL do setor financeiro; da alteração da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI na compra de automóveis por pessoa com deficiência; da revogação da tributação de produtos destinados a centrais petroquímicas até 31/12/2021; e da dedução do crédito presumido relativo à contribuição para o PIS/PASEP de pessoa jurídica fabricante de produtos utilizados em hospitais, clínicas, consultórios médicos e campanhas de vacinação até 31/12/2025. Repúdio ao Veto Parcial nº 46, de 2020, apostado ao Projeto de Lei nº 735, de 2020, (Projeto de Lei Assis Carvalho), sobre as medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares, para mitigação dos impactos socioeconômicos decorrentes da Covid-19; e a alteração das Leis de nºs 13.340, de 2016, e 13.606, de 2018.



Defesa de rejeição do Veto Total nº 32, de 2021, aposto ao Projeto de Lei Complementar nº 148, de 2017, (nº 76, de 2007, na Casa de origem), relativo à alteração do art. 2º da Lei Complementar nº 125, de 2007, com vista à inclusão de Municípios dos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo na área de abrangência da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE.

ALEX MANENTE (CIDADANIA - SP) - Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda do Senado Federal nº 2, oferecida à Medida Provisória nº 1.034, de 2021, a respeito da majoração tributária da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL do setor financeiro; da alteração da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI na compra de automóveis por pessoa com deficiência; da revogação da tributação de produtos destinados a centrais petroquímicas até 31/12/2021; e da dedução do crédito presumido relativo à contribuição para o PIS/PASEP de pessoa jurídica fabricante de produtos utilizados em hospitais, clínicas, consultórios médicos e campanhas de vacinação até 31/12/2025. Atuação desastrosa do ex-Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles. Investigação de denúncia de corrupção no processo de compra da vacina Covaxin pelo Ministério da Saúde. Apoio aos votos dos Ministros do Supremo do Tribunal Federal, contrários à declaração de parcialidade do ex-Juiz Federal Sergio Moro na condução de processo contra o ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Relevância dos trabalhos de combate à corrupção, realizados pelo então magistrado à frente da Operação Lava-Jato.

VIVI REIS (PSOL - PA) - Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda do Senado Federal nº 2, oferecida à Medida Provisória nº 1.034, de 2021, a respeito da majoração tributária da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL do setor financeiro; da alteração da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI na compra de automóveis por pessoa com deficiência; da revogação da tributação de produtos destinados a centrais petroquímicas até 31/12/2021; e da dedução do crédito presumido relativo à contribuição para o PIS/PASEP de pessoa jurídica fabricante de produtos utilizados em hospitais, clínicas, consultórios médicos e campanhas de vacinação até 31/12/2025.

PAULO PIMENTA (PT - RS) - Encaminhamento da votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda do Senado Federal nº 3, oferecida à Medida Provisória nº 1.034, de 2021, a respeito da majoração tributária da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL do setor financeiro; da alteração da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI na compra de automóveis por pessoa com deficiência; da revogação da tributação de produtos destinados a centrais petroquímicas até 31/12/2021; e da



dedução do crédito presumido relativo à contribuição para o PIS/PASEP de pessoa jurídica fabricante de produtos utilizados em hospitais, clínicas, consultórios médicos e campanhas de vacinação até 31/12/2025.

BIBO NUNES (PSL - RS) - Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda do Senado Federal nº 3, oferecida à Medida Provisória nº 1.034, de 2021, a respeito da majoração tributária da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL do setor financeiro; da alteração da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI na compra de automóveis por pessoa com deficiência; da revogação da tributação de produtos destinados a centrais petroquímicas até 31/12/2021; e da dedução do crédito presumido relativo à contribuição para o PIS/PASEP de pessoa jurídica fabricante de produtos utilizados em hospitais, clínicas, consultórios médicos e campanhas de vacinação até 31/12/2025. Inconsistência do discurso da Oposição sobre a compra superfaturada da vacina Covaxin pelo Ministério da Saúde.

BOHN GASS (PT - RS) - Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda do Senado Federal nº 3, oferecida à Medida Provisória nº 1.034, de 2021, a respeito da majoração tributária da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL do setor financeiro; da alteração da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI na compra de automóveis por pessoa com deficiência; da revogação da tributação de produtos destinados a centrais petroquímicas até 31/12/2021; e da dedução do crédito presumido relativo à contribuição para o PIS/PASEP de pessoa jurídica fabricante de produtos utilizados em hospitais, clínicas, consultórios médicos e campanhas de vacinação até 31/12/2025.

ISNALDO BULHÕES JR. (MDB - AL) - Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda do Senado Federal nº 3, oferecida à Medida Provisória nº 1.034, de 2021, a respeito da majoração tributária da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL do setor financeiro; da alteração da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI na compra de automóveis por pessoa com deficiência; da revogação da tributação de produtos destinados a centrais petroquímicas até 31/12/2021; e da dedução do crédito presumido relativo à contribuição para o PIS/PASEP de pessoa jurídica fabricante de produtos utilizados em hospitais, clínicas, consultórios médicos e campanhas de vacinação até 31/12/2025.

LÍDICE DA MATA (PSB - BA) - Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda do Senado Federal nº 3, oferecida à Medida Provisória nº 1.034, de 2021, a



respeito da majoração tributária da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL do setor financeiro; da alteração da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI na compra de automóveis por pessoa com deficiência; da revogação da tributação de produtos destinados a centrais petroquímicas até 31/12/2021; e da dedução do crédito presumido relativo à contribuição para o PIS/PASEP de pessoa jurídica fabricante de produtos utilizados em hospitais, clínicas, consultórios médicos e campanhas de vacinação até 31/12/2025.

IVAN VALENTE (PSOL - SP) - Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda do Senado Federal nº 3, oferecida à Medida Provisória nº 1.034, de 2021, a respeito da majoração tributária da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL do setor financeiro; da alteração da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI na compra de automóveis por pessoa com deficiência; da revogação da tributação de produtos destinados a centrais petroquímicas até 31/12/2021; e da dedução do crédito presumido relativo à contribuição para o PIS/PASEP de pessoa jurídica fabricante de produtos utilizados em hospitais, clínicas, consultórios médicos e campanhas de vacinação até 31/12/2025. Necessidade de esclarecimento, pelo Governo Jair Bolsonaro, da demissão pelo Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, e da compra superfaturada da vacina Covaxin pelo Ministério da Saúde.

RENILDO CALHEIROS (PCDOB - PE) - Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda do Senado Federal nº 3, oferecida à Medida Provisória nº 1.034, de 2021, a respeito da majoração tributária da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL do setor financeiro; da alteração da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI na compra de automóveis por pessoa com deficiência; da revogação da tributação de produtos destinados a centrais petroquímicas até 31/12/2021; e da dedução do crédito presumido relativo à contribuição para o PIS/PASEP de pessoa jurídica fabricante de produtos utilizados em hospitais, clínicas, consultórios médicos e campanhas de vacinação até 31/12/2025.

ARNALDO JARDIM (CIDADANIA - SP) - Apoio à Emenda do Senado Federal nº 3 à Medida Provisória nº 1.034, de 2021, a respeito da majoração tributária da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL do setor financeiro; da alteração da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI na compra de automóveis por pessoa com deficiência; da revogação da tributação de produtos destinados a centrais petroquímicas até 31/12/2021; e da dedução do crédito presumido relativo à contribuição para o PIS/PASEP de pessoa jurídica fabricante de produtos utilizados em hospitais, clínicas, consultórios médicos e campanhas de vacinação até 31/12/2025.



MOSES RODRIGUES (MDB - CE) - Pedido aos Parlamentares de rejeição da Emenda do Senado Federal nº 3, oferecida à Medida Provisória nº 1.034, de 2021, a respeito da majoração tributária da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL do setor financeiro; da alteração da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI na compra de automóveis por pessoa com deficiência; da revogação da tributação de produtos destinados a centrais petroquímicas até 31/12/2021; e da dedução do crédito presumido relativo à contribuição para o PIS/PASEP de pessoa jurídica fabricante de produtos utilizados em hospitais, clínicas, consultórios médicos e campanhas de vacinação até 31/12/2025.

HENRIQUE FONTANA (PT - RS) - Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda do Senado Federal nº 3, apresentada à Medida Provisória nº 1.034, de 2021, a respeito da majoração tributária da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL do setor financeiro; da alteração da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI na compra de automóveis por pessoa com deficiência; da revogação da tributação de produtos destinados a centrais petroquímicas até 31/12/2021; e da dedução do crédito presumido relativo à contribuição para o PIS/PASEP de pessoa jurídica fabricante de produtos utilizados em hospitais, clínicas, consultórios médicos e campanhas de vacinação até 31/12/2025. Gravidade da denúncia apresentada pelo Deputado Luis Miranda acerca de superfaturamento na compra da vacina Covaxin pelo Ministério da Saúde. Natureza intimidatória das medidas anunciadas pelo Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Onyx Lorenzoni, a respeito do assunto.

AROLDO MARTINS (REPUBLICANOS - PR) - Falta de oftalmologistas para atendimento às populações carentes no País. Ações do orador na Presidência da Frente Parlamentar pela Optometria. Apoio à regulamentação da profissão de optometrista. Defesa da atuação integrada entre os profissionais da oftalmologia e da optometria.

MOSES RODRIGUES (MDB - CE) - Agradecimento à Casa pela aprovação da Medida Provisória nº 1.034, de 2021, a respeito da majoração tributária da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL do setor financeiro; da alteração da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI na compra de automóveis por pessoa com deficiência; da revogação da tributação de produtos destinados a centrais petroquímicas até 31/12/2021; e da dedução do crédito presumido relativo à contribuição para o PIS/PASEP de pessoa jurídica fabricante de produtos utilizados em hospitais, clínicas, consultórios médicos e campanhas de vacinação até 31/12/2025.



MARCO BERTAIOLLI (PSD - SP) - Emissão de parecer à Medida Provisória nº 1.040, de 2021, sobre a facilitação para abertura de empresas, a proteção de acionistas minoritários, a facilitação do comércio exterior, o Sistema Integrado de Recuperação de Ativos, as cobranças realizadas pelos conselhos profissionais, a profissão de tradutor e intérprete público, a obtenção de eletricidade e a prescrição intercorrente na Lei nº 10.406, de 2002 - Código Civil; e às Emendas de nºs 1 a 252, apresentadas conforme o *caput* do art. 3º do Ato Conjunto nº 1, de 2020, editado pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

HENRIQUE FONTANA (PT - RS) - Exigência de investigação da denúncia de corrupção no processo de compra da vacina Covaxin pelo Governo Federal, apresentada pelo Deputado Luis Miranda. Repúdio às declarações intimidatórias do Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Onyx Lorenzoni, contra o Deputado Luis Miranda e servidor do Ministério da Saúde.

BIBO NUNES (PSL - RS) - Discussão da Medida Provisória nº 1.040, de 2021, sobre a facilitação para abertura de empresas, a proteção de acionistas minoritários, a facilitação do comércio exterior, o Sistema Integrado de Recuperação de Ativos, as cobranças realizadas pelos conselhos profissionais, a profissão de tradutor e intérprete público, a obtenção de eletricidade e a prescrição intercorrente na Lei nº 10.406, de 2002 - Código Civil. Adequação da postura do Presidente Arthur Lira, diante da tentativa de invasão da Casa por indígenas.

ZÉ NETO (PT - BA) - Discussão da Medida Provisória nº 1.040, de 2021, sobre a facilitação para abertura de empresas, a proteção de acionistas minoritários, a facilitação do comércio exterior, o Sistema Integrado de Recuperação de Ativos, as cobranças realizadas pelos conselhos profissionais, a profissão de tradutor e intérprete público, a obtenção de eletricidade e a prescrição intercorrente na Lei nº 10.406, de 2002 - Código Civil.

ENIO VERRI (PT - PR) - Discussão da Medida Provisória nº 1.040, de 2021, sobre a facilitação para abertura de empresas, a proteção de acionistas minoritários, a facilitação do comércio exterior, o Sistema Integrado de Recuperação de Ativos, as cobranças realizadas pelos conselhos profissionais, a profissão de tradutor e intérprete público, a obtenção de eletricidade e a prescrição intercorrente na Lei nº 10.406, de 2002 - Código Civil.

ALEXIS FONTEYNE (NOVO - SP) - Discussão da Medida Provisória nº 1.040, de 2021, sobre a facilitação para abertura de empresas, a proteção de acionistas minoritários, a facilitação do comércio exterior, o Sistema Integrado de Recuperação de Ativos, as cobranças realizadas pelos conselhos profissionais, a



profissão de tradutor e intérprete público, a obtenção de eletricidade e a prescrição intercorrente na Lei nº 10.406, de 2002 - Código Civil.

FELIPE RIGONI (PSB - ES) - Discussão da Medida Provisória nº 1.040, de 2021, sobre a facilitação para abertura de empresas, a proteção de acionistas minoritários, a facilitação do comércio exterior, o Sistema Integrado de Recuperação de Ativos, as cobranças realizadas pelos conselhos profissionais, a profissão de tradutor e intérprete público, a obtenção de eletricidade e a prescrição intercorrente na Lei nº 10.406, de 2002 - Código Civil.

LUIZÃO GOULART (REPUBLICANOS - PR) - Discussão da Medida Provisória nº 1.040, de 2021, sobre a facilitação para abertura de empresas, a proteção de acionistas minoritários, a facilitação do comércio exterior, o Sistema Integrado de Recuperação de Ativos, as cobranças realizadas pelos conselhos profissionais, a profissão de tradutor e intérprete público, a obtenção de eletricidade e a prescrição intercorrente na Lei nº 10.406, de 2002 - Código Civil.

MARCO BERTAIOLLI (PSD - SP) - Emissão de parecer às Emendas de Plenário oferecidas à Medida Provisória nº 1.040, de 2021, sobre a facilitação para abertura de empresas, a proteção de acionistas minoritários, a facilitação do comércio exterior, o Sistema Integrado de Recuperação de Ativos, as cobranças realizadas pelos conselhos profissionais, a profissão de tradutor e intérprete público, a obtenção de eletricidade e a prescrição intercorrente na Lei nº 10.406, de 2002 - Código Civil.

TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ) - Solicitação ao Relator Marco Bertaiolli de informações sobre a incorporação, no texto da Medida Provisória nº 1.040, de 2021, do dispositivo da Lei nº 6.938, de 1981, pertinente aos atos administrativos relacionados à emissão de licenças ambientais.

RENILDO CALHEIROS (PCDOB - PE) - Solicitação ao Relator Marco Bertaiolli de informações sobre a incorporação, no texto da Medida Provisória nº 1.040, de 2021, de emenda do PCdoB relacionada à saúde pública e à vigilância sanitária.

GILSON MARQUES (NOVO - SC) - Excelência da Medida Provisória nº 1.040, de 2021, sobre a facilitação para abertura de empresas, a proteção de acionistas minoritários, a facilitação do comércio exterior, o Sistema Integrado de Recuperação de Ativos, as cobranças realizadas pelos conselhos profissionais, a profissão de tradutor e intérprete público, a obtenção de eletricidade e a prescrição intercorrente na Lei nº



10.406, de 2002 - Código Civil. Agradecimento ao Relator Marco Bertaiolli pela retirada do § 4º-B do art. 921 da proposição.

BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA) - Orientação de bancada na votação da Subemenda Substitutiva oferecida ao Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2021, da Medida Provisória nº 1.040, de 2021, sobre a facilitação para abertura de empresas, a proteção de acionistas minoritários, a facilitação do comércio exterior, o Sistema Integrado de Recuperação de Ativos, as cobranças realizadas pelos conselhos profissionais, a profissão de tradutor e intérprete público, a obtenção de eletricidade e a prescrição intercorrente na Lei nº 10.406, de 2002 - Código Civil, ressalvados os destaques. Agradecimento ao Relator Marco Bertaiolli pelo acatamento de emenda do orador.

ANTONIO BRITO (PSD - BA) - Congratulações ao Relator Marco Bertaiolli pelo empenho na busca de consenso para a aprovação da Medida Provisória nº 1.040, de 2021, sobre a facilitação para abertura de empresas, a proteção de acionistas minoritários, a facilitação do comércio exterior, o Sistema Integrado de Recuperação de Ativos, as cobranças realizadas pelos conselhos profissionais, a profissão de tradutor e intérprete público, a obtenção de eletricidade e a prescrição intercorrente na Lei nº 10.406, de 2002 - Código Civil.

VITOR HUGO (PSL - GO) - Orientação de bancada na votação da Subemenda Substitutiva oferecida ao Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2021, da Medida Provisória nº 1.040, de 2021, sobre a facilitação para abertura de empresas, a proteção de acionistas minoritários, a facilitação do comércio exterior, o Sistema Integrado de Recuperação de Ativos, as cobranças realizadas pelos conselhos profissionais, a profissão de tradutor e intérprete público, a obtenção de eletricidade e a prescrição intercorrente na Lei nº 10.406, de 2002 - Código Civil, ressalvados os destaques.

RODRIGO DE CASTRO (PSDB - MG) - Orientação de bancada na votação da Subemenda Substitutiva oferecida ao Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2021, da Medida Provisória nº 1.040, de 2021, sobre a facilitação para abertura de empresas, a proteção de acionistas minoritários, a facilitação do comércio exterior, o Sistema Integrado de Recuperação de Ativos, as cobranças realizadas pelos conselhos profissionais, a profissão de tradutor e intérprete público, a obtenção de eletricidade e a prescrição intercorrente na Lei nº 10.406, de 2002 - Código Civil, ressalvados os destaques.

ALEX MANENTE (CIDADANIA - SP) - Orientação de bancada na votação da Subemenda Substitutiva oferecida ao Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2021, da Medida Provisória nº 1.040, de 2021, sobre a



facilitação para abertura de empresas, a proteção de acionistas minoritários, a facilitação do comércio exterior, o Sistema Integrado de Recuperação de Ativos, as cobranças realizadas pelos conselhos profissionais, a profissão de tradutor e intérprete público, a obtenção de eletricidade e a prescrição intercorrente na Lei nº 10.406, de 2002 - Código Civil, ressalvados os destaques.

TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ) - Justificativa do voto da oradora contrário à Subemenda Substitutiva oferecida ao Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2021, da Medida Provisória nº 1.040, de 2021, sobre a facilitação para abertura de empresas, a proteção de acionistas minoritários, a facilitação do comércio exterior, o Sistema Integrado de Recuperação de Ativos, as cobranças realizadas pelos conselhos profissionais, a profissão de tradutor e intérprete público, a obtenção de eletricidade e a prescrição intercorrente na Lei nº 10.406, de 2002 - Código Civil.

RENILDO CALHEIROS (PCDOB - PE) - Orientação de bancada na votação da Subemenda Substitutiva oferecida ao Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2021, da Medida Provisória nº 1.040, de 2021, sobre a facilitação para abertura de empresas, a proteção de acionistas minoritários, a facilitação do comércio exterior, o Sistema Integrado de Recuperação de Ativos, as cobranças realizadas pelos conselhos profissionais, a profissão de tradutor e intérprete público, a obtenção de eletricidade e a prescrição intercorrente na Lei nº 10.406, de 2002 - Código Civil, ressalvados os destaques.

RENILDO CALHEIROS (PCDOB - PE) - Encaminhamento da votação do requerimento de destaque para supressão do art. 6º da Lei nº 11.598, de 2007, constante no art. 2º do Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2021, da Medida Provisória nº 1.040, de 2021, sobre a facilitação para abertura de empresas, a proteção de acionistas minoritários, a facilitação do comércio exterior, o Sistema Integrado de Recuperação de Ativos, as cobranças realizadas pelos conselhos profissionais, a profissão de tradutor e intérprete público, a obtenção de eletricidade e a prescrição intercorrente na Lei nº 10.406, de 2002 - Código Civil.

BIBO NUNES (PSL - RS) - Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para supressão do art. 6º da Lei nº 11.598, de 2007, constante no art. 2º do Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2021, da Medida Provisória nº 1.040, de 2021, sobre a facilitação para abertura de empresas, a proteção de acionistas minoritários, a facilitação do comércio exterior, o Sistema Integrado de Recuperação de Ativos, as cobranças realizadas pelos conselhos profissionais, a profissão de tradutor e intérprete público, a obtenção de eletricidade e a prescrição intercorrente na Lei nº 10.406, de 2002 - Código Civil. Inconsistência do discurso da Oposição a respeito da compra da vacina Covaxin pelo Governo Federal.



ENIO VERRI (PT - PR) - Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para supressão do art. 6º da Lei nº 11.598, de 2007, constante no art. 2º do Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2021, da Medida Provisória nº 1.040, de 2021, sobre a facilitação para abertura de empresas, a proteção de acionistas minoritários, a facilitação do comércio exterior, o Sistema Integrado de Recuperação de Ativos, as cobranças realizadas pelos conselhos profissionais, a profissão de tradutor e intérprete público, a obtenção de eletricidade e a prescrição intercorrente na Lei nº 10.406, de 2002 - Código Civil.

ODORICO MONTEIRO (PSB - CE) - Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para supressão do art. 6º da Lei nº 11.598, de 2007, constante no art. 2º do Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2021, da Medida Provisória nº 1.040, de 2021, sobre a facilitação para abertura de empresas, a proteção de acionistas minoritários, a facilitação do comércio exterior, o Sistema Integrado de Recuperação de Ativos, as cobranças realizadas pelos conselhos profissionais, a profissão de tradutor e intérprete público, a obtenção de eletricidade e a prescrição intercorrente na Lei nº 10.406, de 2002 - Código Civil.

ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ) - Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para supressão do art. 6º da Lei nº 11.598, de 2007, constante no art. 2º do Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2021, da Medida Provisória nº 1.040, de 2021, sobre a facilitação para abertura de empresas, a proteção de acionistas minoritários, a facilitação do comércio exterior, o Sistema Integrado de Recuperação de Ativos, as cobranças realizadas pelos conselhos profissionais, a profissão de tradutor e intérprete público, a obtenção de eletricidade e a prescrição intercorrente na Lei nº 10.406, de 2002 - Código Civil. Congratulações ao Relator Marco Bertaiolli.

TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ) - Encaminhamento da votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 14, apresentada à Medida Provisória nº 1.040, de 2021, sobre a facilitação para abertura de empresas, a proteção de acionistas minoritários, a facilitação do comércio exterior, o Sistema Integrado de Recuperação de Ativos, as cobranças realizadas pelos conselhos profissionais, a profissão de tradutor e intérprete público, a obtenção de eletricidade e a prescrição intercorrente na Lei nº 10.406, de 2002 - Código Civil.



MARCO BERTAIOLLI (PSD - SP) - Esclarecimento ao Deputado Alessandro Molon e ao Plenário a respeito do teor da Medida Provisória nº 1.040, de 2021, sobre a facilitação para abertura de empresas, a proteção de acionistas minoritários, a facilitação do comércio exterior, o Sistema Integrado de Recuperação de Ativos, as cobranças realizadas pelos conselhos profissionais, a profissão de tradutor e intérprete público, a obtenção de eletricidade e a prescrição intercorrente na Lei nº 10.406, de 2002 - Código Civil.

TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ) - Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 14, apresentada à Medida Provisória nº 1.040, de 2021, sobre a facilitação para abertura de empresas, a proteção de acionistas minoritários, a facilitação do comércio exterior, o Sistema Integrado de Recuperação de Ativos, as cobranças realizadas pelos conselhos profissionais, a profissão de tradutor e intérprete público, a obtenção de eletricidade e a prescrição intercorrente na Lei nº 10.406, de 2002 - Código Civil.

ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ) - Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 14, apresentada à Medida Provisória nº 1.040, de 2021, sobre a facilitação para abertura de empresas, a proteção de acionistas minoritários, a facilitação do comércio exterior, o Sistema Integrado de Recuperação de Ativos, as cobranças realizadas pelos conselhos profissionais, a profissão de tradutor e intérprete público, a obtenção de eletricidade e a prescrição intercorrente na Lei nº 10.406, de 2002 - Código Civil.

OTAVIO LEITE (PSDB - RJ) - Encaminhamento da votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Comissão nº 74, apresentada à Medida Provisória nº 1.040, de 2021, sobre a facilitação para abertura de empresas, a proteção de acionistas minoritários, a facilitação do comércio exterior, o Sistema Integrado de Recuperação de Ativos, as cobranças realizadas pelos conselhos profissionais, a profissão de tradutor e intérprete público, a obtenção de eletricidade e a prescrição intercorrente na Lei nº 10.406, de 2002 - Código Civil.

OTAVIO LEITE (PSDB - RJ) - Esclarecimento ao Plenário sobre a finalidade da Emenda de Comissão nº 74, apresentada à Medida Provisória nº 1.040, de 2021, sobre a facilitação para abertura de empresas, a proteção de acionistas minoritários, a facilitação do comércio exterior, o Sistema Integrado de Recuperação de Ativos, as cobranças realizadas pelos conselhos profissionais, a profissão de tradutor e intérprete público, a obtenção de eletricidade e a prescrição intercorrente na Lei nº 10.406, de 2002 - Código Civil.



GUSTAVO FRUET (PDT - PR) - Encaminhamento da votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Comissão nº 234, apresentada à Medida Provisória nº 1.040, de 2021, sobre a facilitação para abertura de empresas, a proteção de acionistas minoritários, a facilitação do comércio exterior, o Sistema Integrado de Recuperação de Ativos, as cobranças realizadas pelos conselhos profissionais, a profissão de tradutor e intérprete público, a obtenção de eletricidade e a prescrição intercorrente na Lei nº 10.406, de 2002 - Código Civil.

MARCO BERTAIOLLI (PSD - SP) - Complementação as afirmações do Deputado Gustavo Fruet a respeito da extinção de concurso público para tradutor, preconizada no texto da Medida Provisória nº 1.040, de 2021, sobre a facilitação para abertura de empresas, a proteção de acionistas minoritários, a facilitação do comércio exterior, o Sistema Integrado de Recuperação de Ativos, as cobranças realizadas pelos conselhos profissionais, a profissão de tradutor e intérprete público, a obtenção de eletricidade e a prescrição intercorrente na Lei nº 10.406, de 2002 - Código Civil.

GUSTAVO FRUET (PDT - PR) - Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Comissão nº 234, apresentada à Medida Provisória nº 1.040, de 2021, sobre a facilitação para abertura de empresas, a proteção de acionistas minoritários, a facilitação do comércio exterior, o Sistema Integrado de Recuperação de Ativos, as cobranças realizadas pelos conselhos profissionais, a profissão de tradutor e intérprete público, a obtenção de eletricidade e a prescrição intercorrente na Lei nº 10.406, de 2002 - Código Civil.

TIAGO MITRAUD (NOVO - MG) - Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Comissão nº 234, apresentada à Medida Provisória nº 1.040, de 2021, sobre a facilitação para abertura de empresas, a proteção de acionistas minoritários, a facilitação do comércio exterior, o Sistema Integrado de Recuperação de Ativos, as cobranças realizadas pelos conselhos profissionais, a profissão de tradutor e intérprete público, a obtenção de eletricidade e a prescrição intercorrente na Lei nº 10.406, de 2002 - Código Civil.

IGOR TIMO (PODE - MG) - Indignação do orador com a recomendação ao Presidente Jair Bolsonaro, pelo Ministro da Economia, Paulo Guedes, de aposição de veto ao Projeto de Lei Complementar nº 148, de 2017, referente à alteração do art. 2º da Lei Complementar nº 125, de 2007, com vista à inclusão dos Municípios do



Vale do Rio Doce, no Estado de Minas Gerais, e de Municípios do Estado do Espírito Santo na área de abrangência da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE. Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Comissão nº 234, apresentada à Medida Provisória nº 1.040, de 2021, sobre a facilitação para abertura de empresas, a proteção de acionistas minoritários, a facilitação do comércio exterior, o Sistema Integrado de Recuperação de Ativos, as cobranças realizadas pelos conselhos profissionais, a profissão de tradutor e intérprete público, a obtenção de eletricidade e a prescrição intercorrente na Lei nº 10.406, de 2002 - Código Civil.

ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ) - Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Comissão nº 234, apresentada à Medida Provisória nº 1.040, de 2021, sobre a facilitação para abertura de empresas, a proteção de acionistas minoritários, a facilitação do comércio exterior, o Sistema Integrado de Recuperação de Ativos, as cobranças realizadas pelos conselhos profissionais, a profissão de tradutor e intérprete público, a obtenção de eletricidade e a prescrição intercorrente na Lei nº 10.406, de 2002 - Código Civil.

DARCI DE MATOS (PSD - SC) - Encaminhamento da votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 21, apresentada à Medida Provisória nº 1.040, de 2021, sobre a facilitação para abertura de empresas, a proteção de acionistas minoritários, a facilitação do comércio exterior, o Sistema Integrado de Recuperação de Ativos, as cobranças realizadas pelos conselhos profissionais, a profissão de tradutor e intérprete público, a obtenção de eletricidade e a prescrição intercorrente na Lei nº 10.406, de 2002 - Código Civil.

MARCO BERTAIOLLI (PSD - SP) - Esclarecimento ao Plenário sobre a simplificação do processo de abertura de novas empresas no Brasil pela Medida Provisória nº 1.040, de 2021, sobre a facilitação para abertura de empresas, a proteção de acionistas minoritários, a facilitação do comércio exterior, o Sistema Integrado de Recuperação de Ativos, as cobranças realizadas pelos conselhos profissionais, a profissão de tradutor e intérprete público, a obtenção de eletricidade e a prescrição intercorrente na Lei nº 10.406, de 2002 - Código Civil.

ODORICO MONTEIRO (PSB - CE) - Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 21, apresentada à Medida Provisória nº 1.040, de 2021, sobre



a facilitação para abertura de empresas, a proteção de acionistas minoritários, a facilitação do comércio exterior, o Sistema Integrado de Recuperação de Ativos, as cobranças realizadas pelos conselhos profissionais, a profissão de tradutor e intérprete público, a obtenção de eletricidade e a prescrição intercorrente na Lei nº 10.406, de 2002 - Código Civil.

VITOR HUGO (PSL - GO) - Congratulações ao Relator Marco Bertaiolli e à Consultora Legislativa Liana Issa Lima, pela construção do novo texto da Medida Provisória nº 1.040, de 2021, sobre a facilitação para abertura de empresas, a proteção de acionistas minoritários, a facilitação do comércio exterior, o Sistema Integrado de Recuperação de Ativos, as cobranças realizadas pelos conselhos profissionais, a profissão de tradutor e intérprete público, a obtenção de eletricidade e a prescrição intercorrente na Lei nº 10.406, de 2002 - Código Civil. Homenagem aos profissionais da saúde no Brasil. Repúdio ao tratamento dispensado por membros da CPI da Covid, a profissionais médicos. Solidariedade aos familiares dos 500 mil brasileiros falecidos em decorrência do coronavírus. Importância da atuação dos profissionais da saúde na linha de frente de combate à doença viral. Empenho do Governo Jair Bolsonaro na distribuição de vacinas aos Estados e Municípios, e na habilitação de novos leitos de UTIs na rede hospitalar brasileira. Apoio do Presidente Jair Bolsonaro à opção dos profissionais médicos pelo tratamento precoce contra a Covid-19. Exemplos consubstanciadores da atuação incoerente da Esquerda. Empenho do Governo Federal na preservação de vidas e de empregos diante da epidemia de coronavírus. Reaquecimento da economia brasileira. Criação de 1 milhão de novos empregos no primeiro semestre de 2021. Acerto da realização de reformas constitucionais. Privatização das Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS. Congratulações ao Presidente Jair Bolsonaro e ao seu corpo ministerial.

VITOR HUGO (PSL - GO) - Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 21, apresentada à Medida Provisória nº 1.040, de 2021, sobre a facilitação para abertura de empresas, a proteção de acionistas minoritários, a facilitação do comércio exterior, o Sistema Integrado de Recuperação de Ativos, as cobranças realizadas pelos conselhos profissionais, a profissão de tradutor e intérprete público, a obtenção de eletricidade e a prescrição intercorrente na Lei nº 10.406, de 2002 - Código Civil.

ENIO VERRI (PT - PR) - Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para supressão do art. 4º-A, da Lei 13.874, de 2019, na redação do art. 56 do Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2021, da



Medida Provisória nº 1.040, de 2021, sobre a facilitação para abertura de empresas, a proteção de acionistas minoritários, a facilitação do comércio exterior, o Sistema Integrado de Recuperação de Ativos, as cobranças realizadas pelos conselhos profissionais, a profissão de tradutor e intérprete público, a obtenção de eletricidade e a prescrição intercorrente na Lei nº 10.406, de 2002 - Código Civil.

AROLDO MARTINS (REPUBLICANOS - PR) - Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para supressão do art. 4º-A, da Lei 13.874, de 2019, na redação do art. 56 do Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2021, da Medida Provisória nº 1.040, de 2021, sobre a facilitação para abertura de empresas, a proteção de acionistas minoritários, a facilitação do comércio exterior, o Sistema Integrado de Recuperação de Ativos, as cobranças realizadas pelos conselhos profissionais, a profissão de tradutor e intérprete público, a obtenção de eletricidade e a prescrição intercorrente na Lei nº 10.406, de 2002 - Código Civil.

ENIO VERRI (PT - PR) - Encaminhamento da votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Comissão nº 242, apresentada à Medida Provisória nº 1.040, de 2021, sobre a facilitação para abertura de empresas, a proteção de acionistas minoritários, a facilitação do comércio exterior, o Sistema Integrado de Recuperação de Ativos, as cobranças realizadas pelos conselhos profissionais, a profissão de tradutor e intérprete público, a obtenção de eletricidade e a prescrição intercorrente na Lei nº 10.406, de 2002 - Código Civil.

MARCO BERTAIOLLI (PSD - SP) - Esclarecimento ao Deputado Enio Verri a respeito das razões da revogação do Decreto-Lei nº 666, de 1969, pela Medida Provisória nº 1.040, de 2021, sobre a facilitação para abertura de empresas, a proteção de acionistas minoritários, a facilitação do comércio exterior, o Sistema Integrado de Recuperação de Ativos, as cobranças realizadas pelos conselhos profissionais, a profissão de tradutor e intérprete público, a obtenção de eletricidade e a prescrição intercorrente na Lei nº 10.406, de 2002 - Código Civil.

AROLDO MARTINS (REPUBLICANOS - PR) - Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Comissão nº 242, apresentada à Medida Provisória nº 1.040, de 2021, sobre a facilitação para abertura de empresas, a proteção de acionistas minoritários, a facilitação do comércio exterior, o Sistema Integrado de Recuperação de Ativos, as cobranças realizadas pelos



conselhos profissionais, a profissão de tradutor e intérprete público, a obtenção de eletricidade e a prescrição intercorrente na Lei nº 10.406, de 2002 - Código Civil.

POMPEO DE MATTOS (PDT - RS) - Defesa de aprovação do requerimento de destaque para supressão do inciso XXVIII, art. 57, do Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2021, da Medida Provisória nº 1.040, de 2021, sobre a facilitação para abertura de empresas, a proteção de acionistas minoritários, a facilitação do comércio exterior, o Sistema Integrado de Recuperação de Ativos, as cobranças realizadas pelos conselhos profissionais, a profissão de tradutor e intérprete público, a obtenção de eletricidade e a prescrição intercorrente na Lei nº 10.406, de 2002 - Código Civil.

MARCO BERTAIOLLI (PSD - SP) - Retirada de atribuições alheias à Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, pela Medida Provisória nº 1.040, de 2021, sobre a facilitação para abertura de empresas, a proteção de acionistas minoritários, a facilitação do comércio exterior, o Sistema Integrado de Recuperação de Ativos, as cobranças realizadas pelos conselhos profissionais, a profissão de tradutor e intérprete público, a obtenção de eletricidade e a prescrição intercorrente na Lei nº 10.406, de 2002 - Código Civil.

RICARDO BARROS (PP - PR) - Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para supressão do inciso XXVIII, art. 57, do Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2021, da Medida Provisória nº 1.040, de 2021, sobre a facilitação para abertura de empresas, a proteção de acionistas minoritários, a facilitação do comércio exterior, o Sistema Integrado de Recuperação de Ativos, as cobranças realizadas pelos conselhos profissionais, a profissão de tradutor e intérprete público, a obtenção de eletricidade e a prescrição intercorrente na Lei nº 10.406, de 2002 - Código Civil. Agradecimento ao Relator Marco Bertaiolli pelo parecer oferecido à proposição.

ENIO VERRI (PT - PR) - Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para supressão do inciso XXVIII, art. 57, do Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2021, da Medida Provisória nº 1.040, de 2021, sobre a facilitação para abertura de empresas, a proteção de acionistas minoritários, a facilitação do comércio exterior, o Sistema Integrado de Recuperação de Ativos, as cobranças realizadas pelos conselhos profissionais, a profissão de tradutor e intérprete público, a obtenção de eletricidade e a prescrição intercorrente na Lei nº 10.406, de 2002 - Código Civil. Congratulações ao Relator Marco Bertaiolli pelo parecer oferecido à proposição.



AROLDO MARTINS (REPUBLICANOS - PR) - Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para supressão do inciso XXVIII, art. 57, do Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2021, da Medida Provisória nº 1.040, de 2021, sobre a facilitação para abertura de empresas, a proteção de acionistas minoritários, a facilitação do comércio exterior, o Sistema Integrado de Recuperação de Ativos, as cobranças realizadas pelos conselhos profissionais, a profissão de tradutor e intérprete público, a obtenção de eletricidade e a prescrição intercorrente na Lei nº 10.406, de 2002 - Código Civil. Congratulações ao Relator Marco Bertaiolli pelo parecer oferecido à proposição.

ODORICO MONTEIRO (PSB - CE) - Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para supressão do inciso XXVIII, art. 57, do Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2021, da Medida Provisória nº 1.040, de 2021, sobre a facilitação para abertura de empresas, a proteção de acionistas minoritários, a facilitação do comércio exterior, o Sistema Integrado de Recuperação de Ativos, as cobranças realizadas pelos conselhos profissionais, a profissão de tradutor e intérprete público, a obtenção de eletricidade e a prescrição intercorrente na Lei nº 10.406, de 2002 - Código Civil. Congratulações ao Relator Marco Bertaiolli pelo parecer oferecido à proposição.

PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO (AVANTE - BA) - Homenagem ao médico e Senador Otto Alencar. Gerenciamento pelo orador de instituição de tratamento de dependentes químicos, no Estado da Bahia. Criação de departamento de atenção psicossocial para o funcionalismo público no Estado. Apoio à demarcação de terras indígenas.